



JOSÉ MAURÍCIO DE LIMA NOLASCO

Presidente do Tribunal
de Contas do Estado
do Rio de Janeiro

Na presente edição da SÍNTESE, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro inaugura um novo momento em sua trajetória: contempla os leitores com artigos elaborados por profissionais reconhecidos por seus amplos conhecimentos teóricos e experiências, convidados especialmente a contribuírem para o fortalecimento da revista. Com tal iniciativa objetiva-se que esta publicação se firme cada vez mais como instrumento de disseminação de saberes no setor público.

Quem abre esta etapa são a Procuradora-Geral do Estado do Rio de Janeiro, Dra. Lúcia Léa Guimarães Tavares, e o Coordenador-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, da Secretaria do Tesouro Nacional, Dr. Paulo Henrique Feijó. Fora as reflexões apresentadas por estas credenciadas autoridades, a revista mantém a proposta de disseminar conhecimentos tanto dos servidores desta Casa como de técnicos de órgãos e entidades jurisdicionados, que participaram de cursos promovidos pela Escola de Contas e Gestão. Assim, busca-se ampliar sua contribuição para a melhoria permanente da pública administração não se restringindo às atividades afins do Tribunal de Contas.

O artigo da Dra. Lúcia Léa versa sobre o papel ímpar da Procuradoria-Geral do Estado para o aperfeiçoamento dos controles internos da legalidade, oferecendo propostas de alterações legislativas necessárias à construção de um Estado mais

democrático e efetivo na transparência dos seus resultados. Evidência, ainda, a importância do papel da consultoria jurídica estatal, no sentido de orientar, aconselhar e convencer o administrador público do melhor caminho possível a adotar, evitando a tomada de decisão ilegal, precipitada e destituída de razoabilidade.

O Dr. Paulo Feijó, que nos brindou com sua magnífica participação no seminário sobre "Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público", realizado por este Tribunal em agosto de 2009, mostra, em seu artigo, que o país caminha para a convergência às boas práticas contábeis estabelecidas pelos padrões internacionais. Na opinião dele, alinhado com esta nova exigência, o setor público brasileiro iniciou um processo de adaptação com a edição das primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a criação do Comitê de Convergência Brasil. Diz ele que desta maneira teremos uma grande evolução dos instrumentos de gestão das finanças públicas no país e esse movimento de convergência foi ratificado pelo Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, em ato solene realizado durante o 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, assinado em conjunto com a Presidente do CFC e o Presidente da ATRICON, documento esse que estabelece as "Orientações Estratégicas para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil".

Os outros três artigos, que abordam

diferentes assuntos da administração pública – dispensa de licitação, publicidade governamental e limpeza urbana – são resultado de trabalhos finais do Curso de Pós-Graduação em Administração Pública, assinados por técnicos desta Casa e de municípios jurisdicionados.

Nunca é demais ressaltar a importância da Escola de Contas e Gestão, que tem como missão promover o ensino e a pesquisa na área pública, que converjam ao desenvolvimento e à difusão de novos modelos e metodologias comprometidos com a inovação, responsabilização dos administradores públicos e a melhoria do desempenho e do controle governamental, tudo em consonância com as expectativas e necessidades da sociedade, compromisso esse ratificado pela ECG em seu Plano Diretor para o período 2008/2011.

Nessa mesma direção, a ECG pretende consolidar-se como uma escola-referência na área da administração pública e de controle da gestão governamental, reconhecida por sua autonomia e capacidade técnica. Para alcançar seu objetivo, além dos cursos, promove seminários, palestras, encontros técnicos, premiação de monografias e de publicações. Em suma, a Escola traduz a importância que esta Corte de Contas atribui à capacitação permanente dos servidores desta Casa e de outros órgãos governamentais, disseminando conhecimentos que levem a uma prática pública mais efetiva, crítica, responsável e transparente.

Paula
Alexandra
Nazareth

Diretora-Geral da
Escola de Contas e
Gestão – ECG/TCE-RJ

Com a certeza de dar continuidade à sua tarefa de disseminar o conhecimento produzido na área da Administração Pública, a Revista Síntese inova ao trazer neste número, além da contribuição de técnicos do TCE, artigos de autores externos convidados.

"O controle interno da legalidade dos atos do Poder Executivo - O papel da Procuradoria-Geral do Estado", de autoria da Procuradora-Geral do Estado, Dra. Lúcia Léa Guimarães Tavares, abre esta edição com uma reflexão sobre a relevante contribuição que vem sendo dada por aquele órgão para a concretização dos princípios de segurança jurídica e da transparência pública, por meio da padronização de minutas, da edição de enunciados e da proposição de novos projetos de leis e decretos, com vistas ao controle da legalidade dos atos da administração. Para alcançar tais objetivos, a Procuradora-Geral ressalta a importância da formação de um corpo de Procuradores permanente, independente, autônomo, preparado para atuar não apenas na consultoria do Estado, com a necessária independência técnica, mas também orientar previamente os gestores, sempre buscando a melhora constante dos controles internos da legalidade no âmbito do Poder Executivo. O artigo finaliza apontando o desafio que hoje se coloca para o avanço da gestão em um Estado Democrático de Direito, que viabilize o atendimento dos direitos fundamentais dos cidadãos: a interação e harmonia entre os órgãos de controle interno e externo.

Paulo Henrique Feijó, Coordenador-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, do Sistema de Tesouro Nacional, em artigo intitulado "O Brasil rumo ao novo modelo de contabilidade aplicada ao setor público", nos apresenta o processo de mudança da estrutura conceitual e normativa da contabilidade do setor público, em busca da convergência das normas contábeis brasileiras ao padrão internacional, destacando, como marcos, a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a inserção da área pública no Comitê de Convergência Brasil. Feijó analisa essa transformação como importante etapa na trajetória evolutiva das estatísticas fiscais e da contabilidade no Brasil, considerando o momento atual como o início de um novo foco de avanços na direção da melhoria dos instrumentos da gestão das finanças públicas no país, "verdadeira revolução contábil" cujo objetivo é implantar um novo modelo de contabilidade, resgatando o patrimônio da entidade pública como objeto da ciência contábil e estabelecendo o regime de competência para o reconhecimento de receitas e despesas, práticas alinhadas com os padrões estabelecidos nas normas internacionais. O artigo descreve as principais ações empreendidas pelo Ministério da Fazenda nesse processo, incluindo o estabelecimento de diretrizes e a edição de normas, com alterações importantes nos procedimentos e rotinas contábeis. O desafio, de acordo com o autor, é grande. Para aqueles que lidam com a gestão pública, conhecer as mudanças em curso e os avanços registrados é imperativo.

Além dessas contribuições em temas tão significativos, a Síntese traz artigos que resumem trabalhos de conclusão do Curso Intensivo de Pós-Graduação em Administração Pública - CIPAD, proporcionado pela ECG, apresentados por servidores do TCE-RJ e por técnicos das administrações municipais, jurisdicionados do Tribunal de Contas.

No artigo "Gestão da aprendizagem tecnológica para empresa prestadora de serviço de limpeza urbana: estudo de caso da Companhia de Limpeza Urbana de Niterói - CLIN", Aline Reis Amim, técnica de Controle Interno da CAPPs do Município de Miracema, e Leonardo Barreto Nigromonte, Diretor do Departamento Jurídico da CLIN, fazem uma análise dos processos de aprendizagem tecnológica em uma empresa prestadora de serviços de limpeza urbana. O texto descreve o método de estudo e suas adaptações, apontando como foi feita a identificação dos mecanismos de aprendizagem e se estes foram convertidos em conhecimentos organizacionais, contribuindo para a melhoria do desempenho técnico-operacional a ponto de gerar ações e prestação de serviços inovadores aplicados à empresa. Os autores concluem que a gestão do processo de acumulação de aprendizagem tecnológica não se deu de forma linear no tempo, com a empresa atingindo níveis inovadores em algumas áreas, sucesso atribuído em grande medida a características da gestão de pessoas (vínculo celetista da mão de obra operacional e ocupação de cargos comissionados por critérios técnicos) e sugerem o aprofundamento de questões ligadas ao tema para futuros trabalhos.

Em "Dispensa de licitação: a exegese do artigo 24, XIII, da Lei de Licitações", Cristina Blum Miranda, assessora da Secretaria-Adjunta de Programas Especiais da SEPLAG/RJ, e Felipe Caldeira Marron da Rocha, assessor da Secretaria de Fazenda Municipal de Nova Iguaçu, refletem sobre a observância da legalidade e regularidade no procedimento para contratação, por dispensa de licitação, de "instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional", desde que esta detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos, nos termos da legislação mencionada. O artigo discute a dispensa de licitação no que diz respeito a finalidade, justificativas, pressupostos e requisitos gerais dos processos de contratação, detalhando aqueles que são específicos para as contratações fundamentadas no inciso XIII, relacionados à qualidade do sujeito e ao objeto do contrato, analisando doutrina e jurisprudência. Os autores concluem propondo um quadro de conformidades a ser utilizado pelos agentes públicos, com o intuito de auxiliá-los em suas decisões.

O artigo que finaliza esta edição "Análise dos gastos com publicidade governamental: um desafio para as Cortes de Contas", de autoria de Fátima Cristina de Moura Lourenço, assessora do Conselheiro Julio Lambertson Rabello, apresenta uma instigante análise do papel dos Tribunais de Contas na fiscalização dos gastos com a publicidade governamental, importante instrumento para o fortalecimento do controle social das ações governamentais. A autora apresenta definições de publicidade e de propaganda, conjugando-as com o estabelecido na Constituição Federal, buscando definir critérios, enquanto aponta limitações envolvidas na legislação e na forma de apresentação nos orçamentos, que dificultam a desejável e necessária avaliação qualitativa dos gastos por parte dos Tribunais de Contas.

Todos os artigos publicados, por sua qualidade e relevância, representam o esforço que o Tribunal de Contas, por intermédio da sua Escola de Contas e Gestão, faz para incentivar e disseminar conhecimentos na área da Administração Pública, trazendo para o leitor a oportunidade de conhecer e refletir sobre diferentes aspectos de temas fundamentais ao exercício das funções públicas.